

O ETNOENVOLVIMENTO: O *ENVOLVIMENTO* PARA DECOLONIZAÇÃO

RIBAMAR RIBEIRO JUNIOR

Doutor em Antropologia, Professor do IFPA, Campus Rural de Marabá
ribamar.sociologo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este texto trata de uma rasura sob o modo de pensar sobre formas Outras de (des) envolvimento, este debate tem fluído no âmbito do Grupo de Pesquisa Territórios Indígenas e Etnoenvolvimento (GPTIE), a partir das reflexões que tem sido feitas com as pesquisas junto aos povos indígenas no sudeste do Pará, onde há um esforço coletivo de percepção das práticas que envolvem os indígenas, que nos permite compreender seus cotidianos de experimentos e vivências. Nosso estudo tem possibilitado repensar as praticas de “desenvolvimento” vinculado com o agenciamento estatal e apresentando como outras formas de (des) envolvimento são vivenciadas por coletivos outros que se articulam e talvez em alguma medida de fato estejam superando certas hegemonias.

Para pensar sobre estas questões a abordagem de sistema-mundo ancorada no binômio: economia mundial e capitalismo pode ser que nos ajude a compreender como norteia todos os debates das sociedades desenvolvidas ou em busca de um desenvolvimento, esta mesma ideia traz no seu bojo o apagamento das possibilidades elaboradas e vivenciadas por outras sociedades, como os indígenas com o seus etnoenvolvimento.

Neste texto trato de forma mais cuidadosa das nuances do etnoenvolvimento como forma de racionalizar as totalidades heterogêneas nas circunstâncias de uma realidade. A interpretação dada para este processo de construção da ideia de outras formas/Formas Outras de (des) envolvimento, no sentido de trazer o envolvimento, é uma rasura que legitima a reinvenção. Portanto, novas formulações sobre estas apropriações de significados distingue do sentido dado pela colonialidade.



Como desdobramento dessas reflexões as pesquisas realizadas nos últimos anos por membros do GPTIE na Terra Indígena Mãe Maria (habitada pelos *Parkatêjê*, *Akrãtikatêjê* e *Kyikatêjê*, fica situada no município de Bom Jesus do Tocantins, PA), no processo de escuta nomeamos como etnoenvolvimento, esta concepção de envolvimento associada a cosmogonia, que se entrelaçam ao território. E importante trazer essa visão de territorialidade destes povos, para a compreensão de seus projetos de vida no contexto da resistência. Sendo assim, penso que existe um esforço pela transformação em curso, que sobremaneira tem sido investido pela diversidade que há e permite o rompimento com qualquer horizontalidade.

Pensar sobre estas coisas nos leva a imaginar como o pensamento liminar contribui com elementos para este debate: os indígenas com o direito de participar de outra realidade que se constrói, sendo fundamental reconhecer que há hegemonias, e que podemos compreender seu fazer diferente, diferenciado e pela diferença, se dão no contexto dessas transformações que tem acolhidos como proposta de legitimação desse fazer. Isso, vamos perceber tanto nas propostas curriculares que parte destes povos estão empreendendo, como nos seus projetos etnoenvolvimentistas (ambientais, econômicos e culturais).

METODOLOGIAS

Reflete nas experiências que vem sendo desenvolvidas – não no sentido de tirar o envolvimento – mais na elaboração de práticas que possibilitam a construção de outros paradigmas. Para este trabalho foi analisado cinco textos que traduzem essa percepção: Araújo (2017) e Azevedo-Lopes (2020) que tratam da *cosmoética* e do *currículo etnoenvolvimentista* respectivamente. Uma abordagem sobre o *Bem-Viver* e *Viver-Bem* de André Baniwa (2019) e algumas conclusões sobre o *Viver-Saber Kyikatêjê* (aldeia Kojakati) de Ribeiro Junior & Karajá (2018).

A partir dessas reflexões foi possível com uma leitura dos trabalhos de autores decolonialistas - Lang (2016) e Ibanez (2016), empreender algumas ideias que acionassem o debate sobre o *etnoenvolvimento* como parte de conhecimentos e práticas que vão superando a subalternização, como um *envolvimento* que decoloniza os paradigmas de pensamento.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A argumentação sobre estes processos de etnoenvolvimento compreendido como descolonização/decolonização se assenta nas outras formas de conhecimento, que tem sido negada ao longo do tempo pelas trajetórias colonizantes. O exercício da colonialidade de poder passa ser questionado pelos efeitos da resistência como ato político das populações indígenas e o caráter de reinventar seus modos de vivências, que estão no cotidiano de suas territorialidades, em diálogo com a natureza. Repensar as questões conceituais sobre o tal “desenvolvimento” que por um lado se binomiza no contexto sistema-mundo, com as formulações de “países desenvolvidos e países subdesenvolvidos” a partir da metade do século XX com os processos de hegemonização cuja as noções de pobreza e riqueza são destaque para categorizar o Outro.

Em diálogo com o pensamento indígena que tenta desconstruir essa hegemonia, é importante reconhecer os protagonistas de outras formas de pensar e ver o mundo, são ideias emergentes que vão ganhando espaço no debate a partir de seus modos de conceber conhecimentos. Por isso, perpassa pela lógica de produção de alternativas frente as ideias hegemônicas de “desenvolvimento”, as demandas epistemológicas estão sendo constituída com base nesta aproximação de entendimento, conforme os autores abaixo tem destacado.

Um dos princípios que Araújo (2017, p. 17-18) aborda é sobre a cosmoética compreendendo como as “sabedorias milenares associadas ao manejo igualmente cuidadoso como a agrobiodiversidade, é um traço do saber, etno-ecológico”. Neste sentido, a percepção do autor sobre os cuidados com a natureza, estão relacionados com uma situação implícita a cosmogonia: a não separação HomemXNatureza, no caso estudado o autor aponta que “a cosmoética *Akrātikatêjê*, é uma proposta ‘outra’ ao desenvolvimento, é um *etnoenvolvimento*”. Onde estes estão construindo a partir do local uma dinâmica de organização da produção com vistas a comercialização, sem perder de vista seus projetos coletivos.

De acordo com Azevedo-Lopes (2020, p. 1349) que “aposta na noção de *etnoenvolvimento*. *Etnoenvolvimento* acolhendo como engajamento das comunidades tradicionais em suas expressões de vida, entre elas no currículo”, este sempre permeado pela ideia de “desenvolvimento”. Portanto, problematiza a lógica “desenvolvimentista” que é



colocada em suspeita pelos próprios indígenas na construção de currículos outros. A experiência dos *Akrâtkatêjê* que não separa seu projeto de Educação, dos fazeres outros: do projeto de aldeia que envolve a comunidade em um conjunto de atividades que vão desde a organização da roça, do açude de criação de peixes, como também a preocupação com o processo de “revitalização” da língua, como sua importância para o contexto do dialogo externo.

Para André Baniwa (2019, p. 07) o bem viver e viver bem “são todas as coisas que existem e foram criadas desde o princípio do mundo”. Podemos compreender essa concepção, diante das “coisas” que pela lógica sistema-mundo foram/são destruídas em nome do progresso, variando a noção de “desenvolvimento” imposta e que não reconhece o outro como Outro. Neste sentido, Baniwa afirma ainda: “todas as coisas foram caindo em nome da maldição, por causa do rompimento ético” (p. 08). No caso dos Baniwa essa percepção está contida no fazer diário em suas comunidades, suas experiências com o uso dos recursos naturais e o esforço de descolonização que é remetido as suas elaborações de projetos e suas trajetórias de dispersão diante do genocídio provocado pela colonização. Se por um lado, hoje há uma clareza na noção do bem viver/viver bem, isto se deu pelas suas estratégias de sobrevivências, e uma delas foi este movimento em torno da recolocação territorial. A pressão que sofreram, foi intensa e a necessidade de deslocamentos foi necessária assim como para muitos dos povos indígenas que hoje não estão nos seus territórios de origens.

No caso dos *Kyikatêjê* analisado por Ribeiro Junior & Karajá (2018), a categoria utilizada Viver-Saber traduz da mesma forma o *etnoenvolvimento* tais como a *cosmoética*, o *bem-viver/viver-bem*. Os autores pensam num universo de valoração das ações políticas experimentadas pelas lideranças e cotidianamente fluidas nas formas do seu *viver-saber* da comunidade, que apesar de todo avassalamento provocado pelos projetos hegemônicos na região que compreende a terra indígena que estes habitam, há formas Outras de se reorganizar, Portanto, “são parte do seu Viver-Saber, os rituais, cerimônias e demais ‘brincadeiras’ que fabricam suas histórias e os envolvem numa constante representação”. (2018, p. 90). A noção de alteridade é uma concepção para se refletir sobre as evidentes situações que atribuem a si, diante dos outros. Potencializar essas experiências vividas nas aldeias, onde se constroem para



as escolas, novas matrizes curriculares, onde potencializam as associações como instrumento de diálogo com o mundo dos brancos, onde vão dando visibilidade a si do local para o global.

Para renovarmos nosso horizonte sobre o tema em discussão, busco em Lang (2016) que tem tratado sobre a visão das alternativas ao desenvolvimento na América Latina, o entendimento dessas estratégias, e a autora aborda que estes processos alternativos, “são promovidos pela sociedade organizada a partir de uma autonomia relativa em relação ao Estado” (2016, p. 42). Este modo de organizar tem sido fundamental para agregar as outras capacidades de reorganização dos seus territórios. O exemplo da Colômbia se baseia em construção de *planos de vida*, que necessariamente não são institucionalizados, isso se apresenta como um revés diante dos projetos governamentais, pois, o “Estado não exerce um papel central”. (2016, p.42).

Esse movimento sobre o “progresso” e o “desenvolvimento” é problematizado sob a ótica da cidade por Ibanêz (2016. p. 314) que nos ajuda a confluir com a desmistificação da cidade como “o lugar central da civilização”, se pensar que o princípio do *bem viver* conta com a diversificação cultural, nesta perspectiva a critica a essa noção de civilização se amplia na visão de modernidade sob a égide da padronização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se então constatar que existe formas Outras de ~~(des)~~ envolvimento, que tem superado o *modus operandi*, são ressignificações, reinvenções, rasuras conceituais sobre esta noção empreendida para designar o “tirar” o envolver/envolvimento. As dimensões destas alternativas não podem ser avaliadas em suas totalidades, porque não existe um formato, uma regra, nada que os encaixem como o receituário de dispositivos “anti-Desenvolvimento”. São práticas e experimentos que tem no bojo de suas realizações, um convite a reflexão sobre como é possível afirmar que essas experiências rompem com os projetos colonialistas, tanto nas matrizes escolares, como nas vivências, sobretudo com a natureza.

Estas potencialidades devem ser vistas como algo pluriversal, atentando-se ao que isto quer dizer quando pensamos explicar essa realidade voltada à mediação da desconstrução de colonialidade. Portanto, o objetivo deste texto como uma introdução a essa temática que se



desdobra no debate das questões sobre o “desenvolvimento”, é operacionalizado analiticamente para compreensão do etnoenvolvimento como mecanismo de descolonização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a *Tõnkyré Akrãtikatêjê*, cacique do - povo *Akrãtikatêjê* que habitam a Terra Indígena Mãe Maria -, no município de Bom Jesus do Tocantins, PA

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, William Bruno Silva. **Adaptação de Sistema de Indicadores para Avaliação da Sustentabilidade da Aldeia *Akrãti*, Povo Indígena *Akrãtikatêjê***. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará Campus Castanhal, 2017
- AZEVEDO-LOPES, Ronnielle de. **Etnoenvolvimento Curricular: Diferença e Traduções Culturais nas Escolas Públicas**. p. 1347-1355. *In: Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas: tensões e perspectivas na relação com currículo e avaliação / organização: Antônio Flavio B. Moreira; Claudia Fernandes; Débora Barreiros; Maria Inês Marcondes; Rosanne Evangelista Dias; Vânia Leite. - 1. ed. - Rio de Janeiro/Petrópolis: Faperj; CNPq; Capes; Endipe /DP et Alii, 2020.*
- BANIWA, André Fernando. **Bem Viver e Viver Bem Segundo O Povo Baniwa No Noroeste Amazônico Brasileiro**. 1. Ed. Curitiba, PA. Editora UFPR, 2019.
- IBANÊZ, Mario Rodríguez. **Ressignificando a cidade colonial e Extrativista: Bem Viver a partir de contextos urbanos**. *In: DILGER, G. et. al (org.) Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo, 2016, p. 336-353. Disponível em: <https://goo.gl/8Pmgo5>
- LANG, Miriam. **Introdução: Alternativas ao desenvolvimento**. *In: DILGER, G. et. al (org.) Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo, 2016, p. 25-44. Disponível em: <https://goo.gl/8Pmgo5>
- RIBEIRO JUNIOR, Ribamar. & KARAJÁ, Deusimar Tarracanã. **Kojakati: Aspectos do Modo de Vida e do Viver-Saber Kÿikatêjê**. *In: Revista Sumatã*, v. 10, p. 85-91, 2018.

